

Prefácio à Contribuição à crítica da historiografia revisionista

Virgínia Fontes

Tenho a satisfação de novamente prefaciara a continuação do sério e rigoroso trabalho levado a efeito por um grupo de historiadores jovens em torno do tema do revisionismo. O trabalho se consolida e assegura a reinvenção entre nós de uma densa tradição de debates, abrindo-se para a incorporação de autores portugueses e para a abordagem do revisionismo em outros espaços, períodos históricos e temas, uma vez que a problemática não se limita ao âmbito nacional.

Aliás, a consistência deste grupo de pesquisadores fica mais uma vez demonstrada, ao incorporarem à coletânea o denso texto de Enzo Traverso sobre “Revisão e revisionismo”, que apresenta as diferentes linhagens internacionais do revisionismo ao tempo em que expressa dúvidas sobre a pertinência da utilização da categoria. O texto abre o livro tensionando a própria opção desta obra coletiva e permitindo ao leitor o contato com os mais sólidos debates sobre o tema.

A crítica teórica e historiográfica no Brasil andava mirrada, sobrecarregada de elogios e de movimentos de mão dupla: eu te resenho, você me resenha e o debate resulta apenas colateral, feito de detalhes e minúcias, jamais incidindo sobre o principal. No máximo, os verdadeiros debates estavam circunscritos a pequenos grupos de “especialistas”, sem extrapolar as fronteiras entre as diversas tendências historiográficas. A continuação do trabalho deste grupo de historiadores sobre os revisionismos permite reavivar essa prática fundamental da produção do conhecimento, que consiste em interrogar os fundamentos de cada interpretação, questioná-las e apontar outras opções. De fato, significa identificar e explicitar a complexidade da construção da vida social, desnaturalizando as posições que nela se cristalizam. Carlos Fico publicou extenso texto sobre os debates em torno das interpretações da ditadura empresarial-militar de 1964¹, citando alguns historiadores marxistas presentes nesta publicação, além de autores por estes classificados como *revisionistas*. Carlos Fico abre diversos questionamentos, recusando tal enfoque. É uma atitude respeitável. Concordamos que o debate crítico é fundamental e, em que pese haver desacordos, este prefácio não comporta, por suas dimensões, prosseguir nessa discussão, que seguramente encontrará

1 Logo no começo do artigo, assim se expressa Carlos Fico: “No Brasil, a crítica teórica e historiográfica não é comum, sendo frequentes as resenhas aprovativas e as críticas indiretas que se valem do (p.6) pronome indefinido “certo” (“certa historiografia”, “certos autores”). Citar criticamente um autor parece antiético. Ora, penso o contrário: um especialista em nosso tema, que analise detidamente e critique nossa obra – sem que a favoreça por amizade ou a persiga por qualquer divergência –, que mais poderá desejar quem valoriza o debate acadêmico?” FICO, Carlos. “Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas”. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05- 74. jan./abr. 2017, p. 7.

novos desdobramentos em outras publicações.

O debate proposto neste livro, embora incida sobre atuação que usualmente é apresentada como quase exclusiva do âmbito acadêmico, não se restringe a ele. As interpretações, teorias e formas de abordagem histórica e de cunho social respondem a múltiplos enlaces, dos quais sublinhamos alguns:

- do lado acadêmico, ou mais propriamente universitário, expressam disputas entre concepções da vida social e formas de tratá-la, balizadas em teorias, técnicas e métodos analíticos;
- do lado social, envolvem a produção de interpretações que envolvem correlações de sentidos com os diversos âmbitos da vida coletiva (economia, política, cultura, etnia, trabalho, cidades, violência, etc.);
- do lado singular, envolvem a capacidade de reprodução da própria existência enquanto pesquisadores, pois direcionam a possibilidade de empregos, carreiras, etc.

Tais enlaces não são apenas aspectos isolados, eventualmente trazidos à lembrança como possibilidades de encontros eventuais. Não há torres de marfim, espaços institucionais, econômicos, culturais ou políticos que isolem parcelas da vida social, em sua enorme variedade e riqueza. A definição do fio que conduz a narrativa ou uma interpretação histórica, assim como as análises de todas as ciências sociais, já nasce pesadamente carregada de pressupostos teóricos e, na sequência, grávida de maneiras (ou técnicas) de selecionar o que será considerado como relevante ou insignificante. Não há história, ciência social ou *qualquer ciência*, isenta de pressupostos, como se o cientista ingressasse no mundo humano apenas no momento de realizar sua pesquisa e, enquanto a elabora, permanecesse imune ao mundo. Há belos trabalhos sobre o tema, e recomendo vivamente o instigante artigo de Mario Duayer, que parte dos contos de Jorge Luis Borges para demonstrar que a ciência não existe num “vácuo ontológico”².

O chamado mundo acadêmico não existe apartado do restante da existência social. Desde logo, estamos falando de uma enorme quantidade de instituições, entidades e redes – públicas e privadas, com ou sem fins lucrativos – envolvidas com a educação em geral, o ensino universitário, a pesquisa e a ciência. Sua própria definição envolve polêmicas seríssimas. Se tomarmos uma base teórica de tipo kantiana, ela sugere a existência de um terreno comum (uma “república de sábios”), onde aqueles devidamente credenciados por diplomas ou concursos (mérito) confrontam suas interpretações e as validam através da aceitação ou recusa de seus pares, validação convertida em acesso a publicações, a prêmios, à disseminação de suas investigações através da mídia ou dos livros didáticos. Esta é a definição dominante do campo “acadêmico/científico/universitário”, traduzida por políticas oficiais no Brasil e fora dele, e convenientemente esquece as desigualdades

2 Duayer, Mário. “Jorge Luis Borges, filosofia da ciência e crítica ontológica: verdade e emancipação”. *Margem Esquerda* nº 24, junho de 2015, SP., Ed. Boitempo, pp. 87-110.

reinantes na vida social e no processo de produção do conhecimento.

É uma suposição irenista (ou angelical), fortemente criticada, por exemplo, por Pierre Bourdieu em impactante artigo, “O campo científico”³, no qual analisou as múltiplas correlações entre as formas de poder social e a estrutura do poder dominante no campo propriamente científico. Apesar de criticá-la, Bourdieu compartilha com a suposição acima a concepção de um grau alto de autonomia (frente às religiões e ao Estado) do campo científico, ao qual compete a definição crucial, a da “competência legítima” científica. Bourdieu enfatiza entretanto a homologia do campo científico com as formas de concorrência entre capitais, vigentes na vida social, desvendando lutas ferrenhas na produção científica. Para ele, grupos dominantes definem a ciência oficial e elaboram estratégias de sucessão. Aos novatos que se orientam para tais estratégias, há uma carreira científica previsível, aos que a rejeitam sobram as estratégias de subversão no próprio interior das formulações científicas. No âmbito das ciências ditas naturais, essa luta concorrencial entre pares configuraria para ele o próprio processo da realização das revoluções propriamente científicas.

Quando se trata das ciências sociais, a situação torna-se muito mais complexa, e Bourdieu anota que “o que está em jogo na luta interna pela autoridade científica no campo das ciências sociais, isto é o poder de produzir, impor e inculcar a representação legítima do mundo social, é o que está em jogo entre as classes no campo da política.” (Idem, p. 148).

A própria aceitação – ou não – da divisão social em classes é um dos cerne da luta no campo científico das ciências sociais, razão pela qual seu grau de autonomia tende a ser muito menor do que terreno das ciências ditas “naturais”, para ele. Ele é extremamente duro com a ciência social oficial, modelada pela competição inter-universitária anglo-saxônica:

Falsa ciência destinada a produzir e a manter a falsa consciência, a sociologia oficial (de quem a politicologia é, hoje, o mais belo ornamento) deve ostentar objetividade e “neutralidade ética” (isto é, neutralidade na luta entre as classes cuja existência, por outro lado, ela nega), manter as aparências de uma *ruptura* categórica com a classe dominante e sua demandas ideológicas, multiplicando os sinais exteriores de cientificidade: temos, assim, do lado do 'empírico', a ostentação tecnológica e, do lado da 'teoria', a *retórica do 'neo'* (...) (Idem, p. 152).

Coerentemente com seus próprios pressupostos, Bourdieu destaca que mesmo no âmbito das ciências sociais, o campo também constitui uma “relação objetiva entre adversários cúmplices que, pelo seu próprio antagonismo, delimitam o campo da discussão legítima” (Idem, p. 153).

Por essa razão, desqualifica os que, em nome de um enfrentamento que se limita a questionar os setores dominantes no campo das ciências sociais, considerariam estar realizando verdadeiras revoluções científicas. Critica pois de maneira ácida “a ideologia 'radical' [que] tende a tratar toda revolução contra a ordem científica como revolução científica.” (Idem, p. 153).

E vai ainda além, agora tratando especificamente da sociologia da ciência: “o sociólogo está

3 Bourdieu, P. “O campo científico”. In: Ortiz, R. (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. SP, Ática, 1983

em jogo no jogo que ele pretende descrever (seja, primeiramente, a cientificidade da sociologia e, em segundo lugar, a cientificidade da forma de sociologia que ele pratica), ele só poderá objetivar o que está em jogo e as estratégias correspondentes se tomar por objeto não somente as estratégias de seus adversários científicos, *mas o jogo enquanto tal*, que comanda também suas próprias estratégias, ameaçando governar subterraneamente sua sociologia, e sua sociologia da sociologia” (Idem, p. 155, grifos nossos, VF).

Não há espaço aqui para analisar nem a contribuição de Pierre Bourdieu, autor polêmico e cuja obra permite diversas interpretações, nem o trabalho realizado pelos pesquisadores que publicam neste livro à luz das suas proposições. Quero destacar dois aspectos trazidos por ele que me parecem fundamentais.

Em primeiro lugar, concordo com Bourdieu, pois não basta pretender ser crítico ou radical para enfrentar a “ciência dominante”. É preciso mobilizar as armas da própria ciência, de maneira a que as polêmicas suscitadas – que, como vimos, extrapolam o campo científico (ou acadêmico), uma vez que envolvem a própria explicação ou interpretação da vida social – não se iniciem como um debate de surdos, onde o crítico desconhece o criticado. As polêmicas devem conduzir à explicitação cada vez mais ampla e clara tanto dos pontos de divergências substantivas (como a existência ou não de classes sociais, por exemplo e seu papel explicativo), quanto do manejo consistente das metodologias, investigações e utilização suficientemente crítica e complexa dos dados empíricos disponíveis. Portanto, num primeiro momento, exige-se daqueles que promovem a crítica não se limitar a eliminar, silenciar ou apenas vociferar sobre suas divergências. É preciso explicitá-las, localizar as tensões presentes nos trabalhos criticados, evidenciar os usos devidos ou indevidos das fontes disponíveis, as conexões que as análises criticadas explicitam e as que silenciam, as estratégias de abordagem privilegiadas e o que deixam fora de visão, os pertencimentos ídeo-políticos que, ocultos, comandam interpretações, dentre outros. Não basta discordar, nem basta apontar ausências eventuais, é preciso realizar um trabalho verdadeiramente crítico: mergulhar no tema e analisar cuidadosamente as correlações e os fios analíticos tecidos pelos autores criticados.

Este é um aspecto forte do trabalho que leitor encontrará neste livro. Longe das maneiras usuais – e grosseiras – da estridência predominante na mídia brasileira, por exemplo, que exerce uma permanente deseducação, na qual os desafetos são tratados aos coices, e teorias são desqualificadas a priori, aqui há uma verdadeira análise crítica, penetrando em múltiplos aspectos do revisionismo, procurando explicitar suas opções teóricas, suas estratégias analíticas, seus pertencimentos sociais, refutando seus argumentos através de argumentos cuidadosamente elaborados.

Como lembra ainda Bourdieu, realizar a crítica não significa necessariamente uma revolução

científica no campo. A questão é mais ampla e não poderemos nos deter em seus inúmeros aspectos. Ora, a crítica interna ao campo científico pressupõe que este, constituído por tendências diversas, tenha lutado para assegurar à ciência *alguma autonomia*, de maneira a que a própria luta no seu interior possa ser travada sem recurso imediato ou mediato ao poder, utilizado para silenciar os oponentes. Em outros termos, que os dominantes não eliminem os dominados, mesmo se tal eliminação é mercadológica (acesso à publicação ou aos empregos) ou simbólica (que constitui uma forma específica de violência, segundo Bourdieu). A suposição de Pierre Bourdieu – de um certo grau de autonomia para as ciências sociais – não vigora no Brasil. Duvido, inclusive, que vigore de fato em outros países, mas o tema merece uma análise mais longa. Vivemos tempos nos quais a ciência é direcionada por editais, públicos ou privados, nos quais o mercado figura como foco central. E o “mercado”, termo cômodo para designar as relações sociais capitalistas, tende a tudo subordinar. E o que é pior, com o beneplácito de seus beneficiários, convertidos em duros algozes dos que a ele resistem.

A falta do hábito do debate crítico sugere a existência de um campo onde a dominação, nos termos de Bourdieu, parece estar confortavelmente instalada, protegida por diversos anteparos das críticas que não lhe agradam.

Outro aspecto é que o grupo de autores deste livro se assume claramente marxista. O marxismo não é uma religião e, portanto, não assegura que sua utilização ou adesão torne infensos às críticas os trabalhos decorrentes dessa visão teórica. A radicalidade teórica do marxismo deriva de uma “plataforma de pensamentos” que não se limita a uma base epistemológica, a qual encerraria o conhecimento numa demarcação disciplinar⁴. O leitor curioso pode averiguar as obras sobre a história do marxismo e verificará ali tendências diversas, conflitos internos (alguns duríssimos), tradições diferenciadas⁵.

O tema da revolução é fundamental nessa “plataforma de pensamentos”, mas ele não é “modelizável” ou “parametrável”, como gostariam as teorias dos jogos: ele é a expressão conceitual das possibilidades da própria historicidade humana, da transformação das condições herdadas, no interior das quais somos formados e atravessados por suas contradições, que podem tornar-se pontos de superação dos limites impostos pela forma de viver contemporânea. Parafraseando Marx, o marxismo é lugar de lutas, e dentre elas a luta pela História é uma das mais cruciais, contra todos os que proclamam o seu fim. A questão da revolução, aqui, é mais do que uma luta entre concorrentes-cúmplices, como a situou Bourdieu no campo científico. Para além de do engajamento

4 Sobre o tema, recomenda-se a leitura da obra de maturidade de G. LUKACS, *A ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo, 2012-2013, 2 volumes.

5 Por exemplo, HOBBSAWM, E. J. (Org.) *História do marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 12 volumes publicados na década de 1980; a *História do Marxismo no Brasil*, cujos volumes foram organizados por vários autores (com destaque para João Quartim de Moraes) e publicados por diversas editoras na virada do século XX para o XXI, dentre inúmeras outras publicações.

em programas políticos, econômicos e ideológicos (por sua vez, objetos de estudos necessários) ela é também uma proposta teórica de assegurar a abertura da história para o futuro – tanto aquela vivida por todos, quanto a que os historiadores elaboram.

Não à toa a obra fundamental de Marx é uma poderosa análise crítica do capital⁶, forma social e econômica dominante no século XIX, que atravessou o século XX e prossegue dominante no século XXI. Marx não realizou uma análise meramente econômica, mas uma poderosa crítica da “economia política” a qual, a partir de cuidadosa leitura, demonstra - esta sim – reduzir a vida humana a cálculo e a mercado, isto é, a um “econômico” abstrato. Nos bons manuais que não ridicularizam teorias das quais discordam, o marxismo é uma teoria na intercessão de algumas grandes áreas: filosofia, antropologia, teoria da história, além de um programa político e econômico⁷.

Ora, no tema que nos ocupa, o marxismo é a base teórica mais sólida para a interpretação histórica das classes sociais e das lutas de classes – mesmo quando porventura a poderosa plataforma ontológica se vê circunstancialmente reduzida a seu âmbito epistemológico. A questão fundamental para os historiadores é a dos processos de transformação, de alteração das condições nas quais se encontram as sociedades em diferentes momentos de sua história, e dos sujeitos sociais que as promovem. A democracia, portanto, não pode ser definida como um “jogo” no qual todos os seus participantes estão encerrados, mas como um processo aberto, fruto de expectativas e de projetos, de lutas e de derrotas. E, ademais, os participantes não são um somatório de seres singulares homogêneos, mas estão divididos por desigualdades brutais, de riqueza, de acesso à informação e no interior do Estado, no processo de definição das próprias políticas públicas. As revoluções, vitoriosas ou derrotadas, fazem parte da história das democracias. Grande parte das conquistas democráticas relaciona-se a processos revolucionários, desde 1789, passando pela Comuna de Paris (1871) ou pela Revolução Russa⁸.

Nos últimos tempos se dissemina uma nova fábula histórica, segundo a qual durante um certo período o “marxismo” teria predominado na história mundial ou, em versão nacional, na história brasileira, e que teria sido destronado por novas teorias. Vale lembrar as condições da vida intelectual de Caio Prado Jr, Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini, Jacob Gorender, Ciro Flammarion ou Carlos Nelson Coutinho, citando apenas alguns, para rapidamente se dar conta de que há algo de estranho nessa fábula. Terem feito obras portentosas, terem enfrentado as correntes

6 Vale mencionar que recentemente, mais uma vez o mainstream ressuscita Marx, após sucessivos e festejados enterros, o que aliás é satirizado na imagem aposta ao texto. *The Economist*, Bagehot, 11/05/2017, afirma: Labour is right—Karl Marx has a lot to teach today’s politicians. In <http://www.economist.com/news/britain/21721916-shadow-chancellors-comment-provoked-scorn-yet-marx-becomes-more-relevant-day-labour>, acesso 27/07/2017

7 Ver o verbete “marxism” na Enciclopédia Britânica: <https://www.britannica.com/topic/Marxism>, acesso 27/06/2017.

8 Sobre as conquistas das lutas feministas, vale ler a relação estabelecida entre a Revolução Russa e os direitos da mulheres no mundo por THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo, Contexto, 2006.

dominantes, não resultou em predomínio no campo científico semi-autônomo das ciências sociais brasileiras. Seu enorme prestígio intelectual, integralmente devido às tarefas hercúleas com que se defrontaram, e que seguem como balizas para seus pósteros, atravessa as gerações, *mas à contracorrente*. Jamais se converteu em mesquinho domínio burocrático e em silenciamento do conhecimento. As novas gerações de marxistas têm quem mirar, orgulhosamente.

Para concluir, relembro que vivemos tempos em que se propõe “escolas sem partido”, impondo uma pretensa neutralidade para aniquilar o formidável conhecimento sobre a própria historicidade humana, sobre a democracia e a revolução. Os historiadores que o leitor encontra neste livro integram a luta contra tal silenciamento.